

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**

*INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU*

**CADERNO DE ENCARGOS**

**HASTA PÚBLICA nº 2/2014**

**Alienação de leites de cabra e de ovelha proveniente da ordenha efectuada na  
Quinta da Alagoa da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu**

**Instituto Politécnico de Viseu**

Av<sup>a</sup> Coronel José Maria Vale de Andrade,  
s/nº

Campus Politécnico

3504-510 VISEU – Portugal

Telefone: 232480700, Fax: 232480750

Email: [ipv@pres.ipv.pt](mailto:ipv@pres.ipv.pt)

**julho  
2014**

## Índice

Disposições gerais

Cláusula 1.<sup>a</sup> - Objeto

Cláusula 2.<sup>a</sup> - Requisitos gerais da alienação

Cláusula 3.<sup>a</sup> - Prazo

Cláusula 4.<sup>a</sup> – Alienação

Cláusula 5.<sup>a</sup> – Preço base do procedimento

Cláusula 6.<sup>a</sup> – Condições de pagamento

Cláusula 7.<sup>a</sup> – Outros encargos do adquirente

Cláusula 8.<sup>a</sup> - Penalidades por incumprimento

Cláusula 9.<sup>a</sup> - Sigilo

Cláusula 10.<sup>a</sup> – Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 11.<sup>a</sup> – Cessão da posição contratual

Cláusula 12.<sup>a</sup> – Resolução do contrato

Cláusula 13.<sup>a</sup> – Prevalência

## **Disposições gerais**

### **Cláusula 1.ª**

#### **Objeto**

O presente procedimento tem por objeto a alienação de leite de cabra e ovelha proveniente da ordenha mecânica efectuada na Quinta da Alagoa, regendo-se pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de dezembro e pela Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro, e subsidiariamente pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, doravante designado por CCP, com as necessárias adaptações.

### **Cláusula 2.ª**

#### **Requisitos gerais de alienação**

- 1 - Os leites produzidos deverão ser recolhidos na sala de leites situada na Quinta da Alagoa, Estrada de Nelas, em Viseu.
- 2 – Prevê-se que a produção de leites para venda se inicia na primeira quinzena de Outubro de 2014 e poderá durar até Julho de 2015.
- 3 - Previsão da quantidade produzida: 6.000 litros de leite de ovelha e 1.500 litros de leite de cabra.
- 4 - A exploração de ovinos e caprinos possui a marca HW4G8 e a classificação sanitária B4 – Oficialmente Indemne.
- 5 - A exploração pecuária possui cerca de 73 ovelhas produtivas seleccionadas e inscritas no Livro Genealógico da raça bordaleira da serra da Estrela e cerca de 18 cabras produtivas da raça serrana – ecotipo jarmelista.
- 6 – Foi efectuada a sincronização deaios nas ovelhas, de forma a concentrar os partos e as entradas em lactação.
- 7 - Os animais cumprem todas as obrigações legais ao nível sanitário e os registos oficiais.
- 8 - As ordenhas decorrerão duas vezes ao dia em sala própria equipada com um sistema de ordenha mecânica e preparada para ordenhas separadas de cabras e de ovelhas, assim como o respectivo leite, recorrendo às condições higiénicas e sanitárias recomendadas.
- 9 - Os leites de ovelha e de cabra produzidos são armazenados separadamente em tinas refrigeradoras (conservação em frio) e podem ser conservados em boas condições durante 2 a 3 dias, sem prejuízo para a sua qualidade.
- 10 - No momento da recolha dos leites, estes deverão ser quantificados (medição em litros), ser registados em folha mensal para o efeito e, posteriormente, serem levados em bilha ou bilhas do e pelo adquirente.
- 11 - Estas previsões de quantidades podem ser diminuídas ou acrescidas conforme a menor ou maior produção dos leites, tendo que o adquirente recolher todo o leite produzido.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor a partir da data da sua celebração até 31 de julho de 2015.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Alienação**

A alienação será efetuada de acordo com o referido na Cláusula 2ª do presente Caderno de Encargos.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### **Preço unitário base do procedimento**

1 - O preço unitário base de venda será de acordo com a seguinte tabela (acrescido da taxa de IVA em vigor):

Tipo de leite	Preço/litro (€)
De ovelha	1,10
De cabra	0,60

2 – O preço base é o preço mínimo que o Instituto Politécnico de Viseu dispõe a aceitar pela alienação de leite de cabra e ovelha objecto deste procedimento.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### **Condições de pagamento**

1 – Mensalmente, deverão ser contabilizado os consumos dos leites, e pagos no prazo máximo de 30 dias.

2 – As prestações serão liquidadas por transferência bancária ou através de cheque visado emitido à ordem do Instituto Politécnico de Viseu.

3 – No caso de transferência bancária esta deverá ser feita previamente para o NIB a fornecer pelo Instituto Politécnico de Viseu, devendo o adquirente apresentar o talão comprovativo da transferência.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Outros encargos do adquirente**

1 - O adquirente é considerado o único responsável nas seguintes situações:

- a) Pela recolha do leite armazenado na sala de leites dentro de tinas refrigeradoras pertença da ESAV;
- b) Pela vinda para recolha dos leites 2 a 3 vezes por semana ou sempre que a Escola o solicite;
- c) Pela confirmação e registo das quantidades de litros de leites recolhidos;
- d) Pelo transporte do leite de acordo com as normas legais em vigor;
- e) Reparação e indemnização de todos os prejuízos ou danos, causados a terceiros ou ao Instituto Politécnico de Viseu por motivos que lhe sejam imputáveis.

2 - São da conta do adquirente todas as licenças e encargos legais necessários à execução dos trabalhos.

3- É também da responsabilidade do adquirente o cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos objeto deste contrato, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Penalidades por incumprimento**

1 – Penalidades por violação dos prazos contratuais:

- a) Se o adquirente não recolher o leite atempadamente (2 a 3 vezes por semana) ou sempre que a ESAV o solicite, fica sujeito ao pagamento da totalidade dos leites degradados pelos valores unitários contratados, sendo os litros contabilizados pelo adjudicatário na presença ou não do adquirente.
- b) Se não fizer os respectivos pagamentos no prazo máximo de 30 dias após as recolhas dos leites, a entidade adjudicante cobrará ao adquirente uma indemnização diária de cinco por mil (5‰) do valor total em falta, que poderá atingir 25% do valor total da adjudicação.
- c) Se atingir a penalidade de 25% do valor total da adjudicação, e se entretanto o adquirente não pagar essas penalidades, a entidade adjudicante tem o direito de rescisão contratual sem o prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2- As penalidades previstas serão pagas no prazo de 10 (dez) dias, a contar da respectiva notificação para o efeito.



3- Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 9.<sup>a</sup>

**Sigilo**

O adquirente garantirá o sigilo quanto a informações que o seu pessoal venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade alienante.

Cláusula 10.<sup>a</sup>

**Casos fortuitos ou de força maior**

1 – Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem com informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 11.<sup>a</sup>

**Cessão da posição contratual**

O adquirente não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade alienante.

Cláusula 12.<sup>a</sup>

**Resolução do contrato**

As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolução do contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

Cláusula 13.<sup>a</sup>

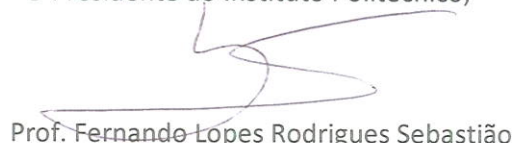
**Prevalência**

1 - Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos e a proposta do aquirente.

2 - Em caso de dúvidas, prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos e em último lugar a proposta do adquirente.

Instituto Politécnico de Viseu, 2 de julho de 2014

O Presidente do Instituto Politécnico,



Prof. Fernando Lopes Rodrigues Sebastião